M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações do resultado **7**

Demonstrações do resultado abrangente **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

M12 Participações Empresariais S/A

Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M12 Participações Empresariais S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da M12 Participações Empresariais S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 02 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

M12 Participações Empresariais S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
Ativo		**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**Passivo**		**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante						**Circulante**					
Caixa e equivalentes de caixa	**7**	3.755	478	461.717	464.623	Fornecedores	**17**	-	-	311.414	413.285
Títulos e valores mobiliários	**8**	-	-	26.831	23.683	Empréstimos e financiamentos	**18**	-	-	186.267	191.451
Contas a receber de clientes	**9**	-	-	346.671	307.505	Arrendamento mercantil	**15**	-	-	21.880	10.364
Lucros a receber	**28**	86.200	-	-	-	Salários e encargos sociais		12	-	15.993	14.428
Estoques	**10**	-	-	761.147	780.473	Lucros a distribuir	**28**	188.967	52.368	204.606	70.789
Adiantamentos a fornecedores	**11**	50	-	126.749	229.318	Obrigações tributárias	**19**	3.258	3.012	38.118	26.662
Impostos a recuperar	**12**	3.834	7.617	94.995	62.604	Outras obrigações	**20**		-	28.927	33.448
Despesas antecipadas		-	-	2.830	3.276						
Outros créditos a receber		1.009	-	8.068	8.802			**192.237**	**55.380**	**807.205**	**760.427**
Total ativo circulante		**94.848**	**8.096**	**1.829.008**	**1.880.285**	**Não circulante**					
						Empréstimos e financiamentos	**18**	-	-	573.035	383.960
Não circulante						Arrendamento mercantil	**15**	-	-	48.563	29.113
Impostos a recuperar	**12**	-	-	2.025	7.499	Obrigações tributárias	**19**	-	-	4.922	7.465
Lucros a receber	**28**	79.940	38.110	-	-	Provisão para contingências	**21**	-	-	141.446	114.329
Mútuo a receber	**28**	-	-	48	6.645	Imposto de renda e contribuição social diferidos	**27**	-	-	12.625	4.656
Depósitos judiciais	**21**	-	-	144.108	116.441	Instrumentos financeiros derivativos	**18**	-	-	23.756	4.444
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**27**	-	-	63.804	56.007	Outras obrigações	**20**	-	-	5.157	8.756
Total do realizável a longo prazo		**79.940**	**38.110**	**209.986**	**186.592**			**-**	**-**	**809.504**	**552.723**
						Patrimônio líquido					
Imobilizado	**13**	-	-	119.055	65.320	Capital social	**22**	11.364	11.364	11.364	11.364
Direitos de uso dos ativos	**15**	-	-	64.663	39.155	Reserva de lucros	**22**	641.045	876.677	641.045	876.677
Intangível	**14**	337	-	47.132	29.839						
Investimentos	**16**	669.520	897.216	-	-	**Patrimônio líquido atribuível aos acionaistas controladores**		**652.409**	**888.041**	**652.409**	**888.041**
		669.857	**897.216**	**230.850**	**134.314**	Participação de acionistas não controladores		-	-	726	-
Total do ativo não circulante		**749.797**	**935.326**	**440.836**	**320.906**	**Total do patrimônio liquido**		**652.409**	**888.041**	**653.135**	**888.041**
Total do ativo		**844.646**	**943.421**	**2.269.844**	**2.201.190**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**844.646**	**943.421**	**2.269.844**	**2.201.191**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas líquida de vendas	**23**	-	-	2.169.522	2.153.486
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**24**	-	-	(1.368.677)	(1.350.661)
Lucro bruto		-	-	800.846	802.825
Despesas gerais e administrativas	**24**	10	-	(248.944)	(215.397)
Despesas comerciais	**24**	(67)	-	(366.751)	(333.525)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	**24**	-	-	(15.111)	(12.739)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	**25**	(4.552)	(3.076)	31.794	8.464
Resultado de equivalência patrimonial	**16**	158.903	182.069	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		154.294	178.993	201.834	249.628
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	**26**	(13)	(25)	(134.942)	(92.178)
Receitas financeiras	**26**	203	482	111.466	68.943
Resultado financeiro	**26**	191	458	(23.476)	(23.235)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		154.484	179.451	178.358	226.393
Imposto de renda e contribuição social corrente	**27**	-	-	(23.669)	(48.693)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**27**	-	-	(172)	1.751
Lucro líquido do exercício		**154.484**	**179.451**	**154.517**	**179.451**
Lucro líquido atribuído aos:					
Acionistas controladores		154.484	-	154.484	-
Acionistas não controladores		-	-	33	-
Lucro líquido do exercício		**154.484**	**-**	**154.517**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	154.484	179.451	154.517	179.451
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**154.484**	**179.451**	**154.517**	**179.451**
Resultado abrangente do exercício atribuído aos:				
Acionistas controladores	154.484	179.451	154.484	179.451
Acionistas não controladores	-	-	33	-
Resultado abrangente do exercício	**154.484**	**179.451**	**154.517**	**179.451**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucro						
	Capital social subscrito	**Reserva legal**	**Reserva de subvenção**	**Reserva de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	**11.424**	**2.285**	**68.315**	**693.137**	-	775.161	-	**775.161**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	179.451	179.451	-	179.451
Constituição de reserva de subvenção	-	-	30.752	-	(30.752)	-	-	-
Baixa de investimento	(60)	-	-	60	-	-	-	-
Destinações:								
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(24.238)	(24.238)	-	(24.238)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(42.333)	(42.333)	-	(42.333)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	82.128	(82.128)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**11.364**	**2.285**	**99.067**	**775.325**	**-**	**888.041**	**-**	**888.041**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	154.484	154.484	33	154.517
Constituição de reserva de subvenção	-	-	27.650	-	(27.650)	-	-	-
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(6.600)	-	(6.600)	-	(6.600)
Aquisição de controlada com participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	693	693
Destinações:								
Distribuição de dividendos	-	-	-	(321.262)	-	(321.262)	-	(321.262)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(62.254)	(62.254)	-	(62.254)
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	64.580	(64.580)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	**11.364**	**2.285**	**126.717**	**512.043**	**- 0**	**652.409**	**726**	**653.135**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

M12 Participações Empresariais S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício		**154.484**	**179.451**	**154.517**	**179.451**
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	24	-	-	28.133	23.550
Encargos financeiros sobre arrendamentos	26	-	-	15.676	3.816
Resultado na baixa de imobilizado		-	-	174	(3)
Despesas de juros e variação cambial empréstimos	18	-	-	47.415	46.713
Rendimento de consórcio	18			(1.551)	-
(Receitas) despesas de variação cambial fornecedores		-	-	(3.975)	1.543
Provisão para estoque	10	-	-	1.763	5.519
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	-	-	13.923	12.739
Provisão para perdas ao valor recuperável de contas a receber	9	-	-	1.203	426
Provisões para contigências	21	-	-	(3.069)	4.817
Outras provisões		-	-	5.260	-
Resultado não realizado em aplicações de renda variável		-	-	-	424
Intrumentos financeiros derivativos		-	-	19.312	4.444
Imposto de renda e contribuição social		-	-	23.841	46.942
Resultado de equivalência patrimonial	16	(158.903)	(182.639)	-	-
Indébito tributário	12	-	-	(48.691)	(14.323)
		(4.419)	**(3.188)**	**253.931**	**316.058**
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber	9	-	-	(54.292)	(5.090)
Estoques	10	-	-	17.563	(116.701)
Adiantamentos a fornecedores	11	(50)	-	32.559	(84.128)
Impostos a recuperar		2.485	(5.907)	21.774	(38.014)
Despesas antecipadas		-	-	446	437
Outros créditos a receber		(1.009)	-	4.305	(974)
Depósitos judiciais	21	-	-	2.519	(945)
Mútuo ativo com partes relacionadas	28	-	-	-	(45)
Aumento (redução) nos passivos					
Fornecedores	17	-	-	(33.146)	86.369
Salários e encargos sociais		12	-	1.564	723
Obrigações tributárias		92	1.649	(10.184)	(14.854)
Outras contas a pagar	20	(2.283)	473	(8.173)	3.053
Caixa (usado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(5.172)**	**(6.973)**	**228.866**	**145.889**
Juros pagos sobre empréstimos	18		-	(58.532)	(1.731)
Juros pagos sobre arrendamentos	15	-	-	(7.838)	(1.673)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(503)	-	(13.910)	(54.579)
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(5.675)**	**(6.973)**	**148.586**	**87.906**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	13	-	-	(54.029)	(17.509)
Aquisição de intangível	14	-	-	(17.250)	(5.813)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	16	245.750	32.437	-	-
Aumento de capital em controlada	16	(1.164)	(880)	-	-
Aquisição de controladas	14	(338)	-	(337)	-
Aumento em títulos e valores mobiliários		-	-	(3.148)	(647)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**244.249**	**31.557**	**(74.764)**	**(23.969)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos tomados	18	-	-	365.390	306.896
Empréstimos e financiamentos pagos	18	-	-	(178.788)	(244.590)
Pagamento de passivos de arrendamento	15	-	-	(23.714)	(21.602)
Distribuição de lucros	22	(235.297)	(24.120)	(239.615)	(44.192)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(235.297)**	**(24.120)**	**(76.727)**	**(3.488)**
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**3.277**	**464**	**(2.905)**	**60.449**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	**478**	**14**	**464.623**	**404.174**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	**3.755**	**478**	**461.717**	**464.623**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A M12 Participações Empresariais S/A ("Companhia" ou "M12") é uma sociedade por ações regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia foi constituída sob a forma de Companhia limitada, cujo contrato de constituição foi registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná em 19 de novembro de 2000. Em 8 de fevereiro de 2021, teve sua 1ª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, através da qual, os sócios resolveram aprovar, sem restrições, a transformação do tipo societário da Sociedade, que passou a ser sociedade por ações, para melhor atender a finalidade e os interesses sociais, com base nos artigos 1.113 e 1.072 do Código Civil e artigo 220 da Lei 6.404/76.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo").

O objeto social da Sociedade compreende as atividades de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

A M12 Participações Empresariais S/A controla integralmente as seguintes empresas:

Ferragens Negrão Comercial Ltda. ("Ferragens Negrão")

Fundada em 3 de outubro de 1968, é uma Empresa que atua no ramo de comércio atacadista. Suas atividades abrangem: comércio, importação, exportação, representações comerciais, distribuição e comércio atacadista de ferragens, ferramentas, máquinas manuais e elétricas e pneumáticas de uso comercial, industrial e rural, solda em geral, motores, autopeças em geral, materiais de construção, elétricos e hidráulicos, tintas, adesivos, abrasivos, equipamentos de proteção, higiene, sinalização e segurança, arames, cabos de aço, telas em geral, artigos de plásticos e PVC, utensílios domésticos, artigos esportivos, pesca e camping, produtos para cine, foto e som, informática e microinformática, materiais de escritório e papelaria, eletrodomésticos e atividades comerciais de logística, inclusive com a prestação de serviços próprios ou de terceiros.

Super Pró Comércio de Equipamentos Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Paraná. A empresa foi constituída em 22 de maio de 2007 e se insere no segmento de comércio, importação e exportação de produtos para Movimentação, Reparo e Operação (MRO), bem como, desde 2019, ampliou a rede para o varejo, atuando como um facilitador do lojista que atua no segmento de materiais para construção, ferragens, ferramentas, agropecuária, utilidades domésticas, jardinagem e camping.

Em 15 de janeiro de 2020, a Super-Pro Comércio de Equipamentos e Ferramentas Ltda. adquiriu 100% das cotas da Distribuidora de Ferramentas Kennedy Ltda., correspondendo a 100% do capital da Empresa, de seus cotistas ("Vendedores"), por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato"). A Ferramentas Kennedy é uma empresa de

tradição no mercado de ferramentas que atua há mais de 25 anos comercializando ferramentas, máquinas e equipamentos para diversos segmentos. Atualmente trabalha com um mix completo de produtos pensados a partir das necessidades dos clientes, sejam eles em atuações específicas ou mesmo para uso pessoal.

Em 03 de fevereiro de 2023, foi registrada na Junta Comercial do Paraná a 25ª alteração contratual da Super Pro que, com base no Protocolo de Incorporação de 31/12/2022, aprovou a incorporação da Distribuidora de Ferramentas Kennedy Ltda., pela Super Pro.

Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.

É uma sociedade limitada com a Sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. É uma empresa que atua no ramo de comércio varejista, fundada em 18 de outubro de 1979. Suas atividades abrangem: distribuição, importação, exportação, comercialização de materiais de construção em geral, material elétrico e artigos de iluminação, materiais hidráulicos, lubrificantes, ferragens e ferramentas elétricas e manuais, tintas, vernizes e materiais para pintura, componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação, eletrodomésticos, equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico, produtos saneantes domissanitário, manutenção e reparação de maquinas, aparelhos, materiais elétricos, equipamentos para agricultura e pecuária. A Empresa atende todos os estados da federação, por meio de suas unidades instaladas nas seguintes localidades: Campo Grande, Dourados, Ribas do Rio Pardo, Paranaíba, Aquidauana e Três Lagoas, todas as unidades instaladas no estado de Mato Grosso do Sul.

TBR Adesivos e Selantes Ltda.

É uma Sociedade limitada com sede em Curitiba, Estado do Paraná, que atua no ramo de comércio atacadista, fundada em 10 de abril de 2007. A Empresa tem por objetivo mercantil a comercialização, importação e exportação e representação comercial de materiais elétricos e hidráulicos para construção civil, ferragens, ferramentas, artigos de jardinagem, irrigação, máquinas, e aparelhos elétricos, eletrônicos, hidráulicos e pneumáticos, materiais para acabamento e produtos químicos, espuma expansiva de poliuretano, silicones e selantes para construção civil e indústria, convertedor de ferrugem, removedor de ferrugem, lubrificantes, detergentes e produtos de limpeza industrial, óleos para construção civil e industrial, desengraxantes, tintas, vernizes e acessórios para aplicação.

Theron Marketing Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Estado do Paraná e atua no ramo de comércio atacadista, fundada em 10 de setembro de 2007. A Empresa tem por objetivo mercantil marketing, comércio, importação, exportação e representações comerciais de materiais elétricos e hidráulicos, ferragens e ferramentas, tintas, vernizes e similares, materiais de construção em geral, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, artigos de escritório e de papelaria, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar e lubrificantes.

Bigbay Comércio de Ferramentas, Materiais para Construção e Acabamentos Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Paraná e foi fundada em 23 de fevereiro de 2015. Sua principal atividade é o comércio varejista de materiais de construção em geral. Os exercícios desta atividade e de suas atividades secundárias são feitas de forma virtual, onde a empresa apresenta um site para que o consumidor possa efetuar suas compras online.

Matsuyama Comercial Ltda.

É uma sociedade limitada com sede em Curitiba, Paraná e foi constituída em 28 de março de 2014, no entanto, iniciou suas atividades operacionais apenas no ano de 2015. As atividades desempenhadas pela empresa são: Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças (atividade principal), comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, comércio atacadista de ferragens e ferramentas, comércio atacadista de bombas e compressores, partes e peças, manutenção e reparação de máquinas-ferramentas.

A WBR Equipamentos para Pintura Ltda.

É uma sociedade limitada, está sediada em São José dos Pinhais/PR, na avenida Rui Barbosa, 6226, sala F. A WBR Equipamentos para Pintura Ltda. foi constituída em 25 de abril de 2016, noentanto, iniciou suas atividades operacionais apenas em agosto de 2016. As atividades desempenhadas pela empresa são: comércio atacadista e varejista, importação de pistolas pulverizadoras elétricas, equipamentos *airless* e rolos para pintura, peças e acessórios para manutenção e assistência técnica especializada nos produtos de revenda.

VDBN Representações Comerciais Ltda.

É uma sociedade limitada, está sediada em Rio Negro/PR, na avenida XV de novembro, 840, sala A. A VDBN Representações Comerciais Ltda, foi constituída em 14 de agosto de 2018. Sua atividade econômica principal é de representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens.

Atacadão das Ferramentas Ltda.

Conforme registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, datado de 6 de janeiro de 2021, foi constituída a sociedade empresarial limitada, com sede na Rua Senador Accioly Filho, n° 1575, Sala B, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, Estado do Paraná. Tem por objeto social o exercício das seguintes atividades econômicas: Comércio atacadista especializado em produtos intermediários, comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar, representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos, comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria, comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico, comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures, comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, comércio atacadista de equipamentos de informática, comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças, comércio atacadista de máquinas e equipamentos, partes e peças, comércio atacadista de ferragens e ferramentas, comércio atacadista de tintas, vernizes, comércio atacadista de materiais de construção, comércio varejista de material elétrico, comércio varejista de ferragens e ferramentas, comércio varejista de materiais de construção.

Collins Ferramentas Comercial Ltda.

Conforme registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, datado de 06 de janeiro de 2021, foi constituída a sociedade empresarial limitada, com sede na Av. Professor Algacyr Munoz Mader, nº 2800, Sala K, Cidade Industrial, Curitiba, estado do Paraná, tendo por objeto social o exercício da atividade econômica de comércio atacadista de ferramentas, ferragens, e equipamentos de uso agrícola.

Worker Comércio de Ferramentas Ltda.
Conforme registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina datado de 14 de abril de 2022, foi constituída a sociedade empresária Ltda., sob a denominação de JBR Importadora e Distribuidora de Produtos Químicos Ltda. com sede da Rodovia BR-470, Ingo Hering, km 03, nº 1277, Sala A, São Domingos II, Navegantes, SC., tendo por objeto social o exercício das seguintes atividades: comércio, importação, exportação, distribuição e comércio atacadista e varejista de outros produtos químicos e petroquímicos; ferragens e ferramentas, tintas vernizes e similares, lubrificantes, produtos para higiene, limpeza e conservação domiciliar, produtos saneantes domissanitários.

Através da Primeira alteração de Contrato social, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina em 10/10/2023, a Empresa teve a denominação alterada para Worker Comércio de Ferramentas Ltda., e o objeto social foi alterado para: Comércio, importação, exportação, distribuição e comércio atacadista e varejista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente, ferragens e ferramentas, máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças, máquinas e equipamentos para uso industrial e comercial, bombas e compressores; partes e peças, tintas vernizes e similares, lubrificantes, produtos para higiene, limpeza e conversação domiciliar, produtos saneantes domissanitários e outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente

Kala Comércio e Distribuição Ltda.
Conforme registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, datado de 27 de setembro de 2022, foi constituída a sociedade empresarial limitada, com sede na Av. Professor Algacyr Munoz Mader, nº 2800, Sala O, Cidade Industrial, Curitiba, estado do Paraná, tendo por objeto social o exercício das seguintes atividades econômicas: comércio, importação, exportação, representações comerciais, distribuição e comércio atacadista/ e varejista de ferragens, ferramentas, mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários, máquinas manuais, elétricas e pneumáticas de uso comercial, industrial e rural, soldas em geral, motores, autopeças em geral, materiais de construção, elétricos e hidráulicos, tintas, adesivos, abrasivos, óleo lubrificante acabado, higiene, sinalização e segurança, arames, cabos de aço, telas em geral, artigos de plástico e pvc, utensílios domésticos, artigos esportivos, pesca e camping, produtos para cine, foto e som, informática e microinformática, produtos de telecomunicações e aparelho de telefone móvel celular, materiais de escritório e papelaria, eletrodomésticos, fabricação e comércio de equipamentos de proteção individual e atividades comerciais de logística, inclusive com a prestação de serviços próprios ou de terceiros.

Mudanças societárias ocorridas em 2023
Através do protocolo da Junta Comercial do Estado do Paraná, datado de 29/11/2023, a M12 Participações Empresariais Ltda. ingressou na Sociedade Hommes Mobiliário Ltda. com participação de 70% do capital social desta Empresa.

O preço da aquisição foi de R$ 1.500, integralmente pago em 2023, e contemplou todos os ativos da Sociedade, incluindo o acervo patrimonial composto por móveis, utensílios, ferramentas e equipamentos, conforme aprovado na Ata de Assembléia Geral Extraordinária, da M12, de 29/10/23, registrada na Junta Comercial do Paraná em 05/12/23.

Esta Sociedade está situada na Rua Antônio Chemin, 2150, São Gabriel, CEP: 83403-515,

Colombo-PR. Suas operações tiveram início em 19 de outubro 2022 e tem por objeto social a exploração do ramo de: Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; fabricação de móveis com predominância de madeira; serviços de montagem de móveis de qualquer material; comércio varejista de móveis; reparação de artigos do mobiliário.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 02 de maio de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da determinação da provisão para perdas com créditos;

Nota explicativa 10 - mensuração de perdas decorrentes da não realização dos estoques por obsolescência e valor realizável líquido;

Nota explicativa 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 27 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das ações (títulos e valores mobiliários) e dos instrumentos financeiros derivativos que foram mensuradas com base no valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estãodefinidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

6.1 Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle e até a data que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	**Controle**	**2023**	**2022**
Ferragens Negrão Comercial Ltda.	Direto	100%	100%
Super-Pró Comércio de Equipamentos Ltda.	Direto	99,45%	99,45%
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	Direto	100%	100%
TBR Adesivos e Selantes Ltda.	Direto	100%	100%
Theron Marketing Ltda.	Direto	100%	100%
Matsuyama Comercial Ltda.	Direto	100%	100%
Bigbay Comércio de Ferramentas	Direto	100%	100%
WBR Equipamentos para Pintura Ltda.	Direto	100%	100%
VDBN Representações Comerciais Ltda.	Direto	100%	100%
Atacadão das Ferramentas Ltda.	Direto	100%	100%
Collins Ferramentas Comercial Ltda.	Direto	100%	100%
Kala Comércio e Distribuição Ltda.	Direto	100%	100%
Worker Comércio de Ferramentas Ltda.	Direto	100%	100%
Hommes Mobiliário Ltda.	Direto	70%	-

(ii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela

perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Grupo;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

O Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado
Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhe também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se o Grupo realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial,mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado", que compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, bem como outros custos diretamente atribuíveis a aquisição e descontos comerciais e abatimentos. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment)*, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para

que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, custo de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.6 Intangível

(i) Software

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

(ii) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

6.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment)*

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

6.8 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.9 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.10 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto.

a. Atacado

O Grupo gera receita pela revenda de ferramentas, ferragens, máquinas e equipamentos como um distribuidor atacadista. Os clientes obtêm controle dos itens vendidosquando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do cliente. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As definir o preço da transação o Grupo considera alta probabilidade que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

b. Varejo

O Grupo gera receita pela revenda de ferramentas, ferragens, máquinas e equipamentos no setor de varejo. Os clientes obtêm controle dos itens vendidos quando as mercadorias são entregues. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a operação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

6.12 Imposto de renda e contribuição social

(i) Tributação lucro real

As empresas tributadas pelo lucro real são as seguintes: M12 Participações Empresariais Ltda., Ferragens Negrão Comercial Ltda., Super Pró Comércio de Equipamentos Ltda., Ferramentas Kennedy, Sertão Comercial de Equipamentos Ltda., Bigbay Comércio de Ferramentas, Materiais para Construçãoe Acabamentos Ltda., Matsuyama Comercial Ltda., WBR Equipamentos para Pintura Ltda., Atacadão das Ferramentas Ltda., JBR Importadora e Distribuidora de Produtos Químicos Ltda. e Kala Comércio e Distribuição Ltda.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transaçãoque não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de

controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária nãoserá revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

(ii) Tributação lucro presumido

As empresas tributadas pelo lucro presumido são as seguintes: TBR Adesivos e Selantes Ltda., Theron Marketing Ltda., Distintacor Comércio de Tintas e acessórios Ltda., VDBN Representações Comerciais Ltda. e Collins Ferramentas Comercial Ltda..

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre lucro líquido (“CSLL”), abrangendo imposto corrente, que são calculados com base no lucro presumido, de acordo com o disposto nos artigos 516 a 528 do Regulamento do Imposto de Renda.

6.13 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

a. Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2) / IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos

pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.14 Normas novas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas são efetivas para o exercício de 2024. A Companhia analisou as referidas normas e entendeu que as mesmas não tiveram impacto na preparação das demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

As alterações, permitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essa alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Empresa.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)
As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essa alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Outras Normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

7 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	-	-	307.986	55.913
Aplicações financeiras (i)	3.755	478	153.731	408.710
	3.755	**478**	**461.717**	**464.623**

(i) Certificados de depósitos bancário e fundos de investimento renda fixa, com rendimento que variam entre 90 e 117% do CDI, para 2022 e 2021. Referem-se a aplicações financeiras que possuem liquidez imediata.

8 Títulos e valores mobiliários (consolidado)

	2023	**2022**
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F (i)	2.090	2.133
COE (ii)	1.000	1.000
Letras Financeiras – LFs (iii)	12.529	11.620
Renda variável (iv)	11.212	8.930
	26.831	**23.683**

(i) Trata-se de títulos públicos federais de renda fixa atrelada à taxa de juros determinada na contratação (prefixados), com juros semestrais (2027). Possui rentabilidade de 6,92% a.a. e vencimento em 1º de janeiro de 2027.

(ii) São certificados de operações estruturadas que consistem num compilado de operações dentro da estrutura de investimentos. Não teve rentabilidade até o presente momento e o vencimento dar-se-á em 18 de julho de 2025.

(iii) Trata-se de títulos de renda fixa emitido por instituições financeiras (bancos, cooperativas de crédito etc.) com a finalidade de captar recursos de longo prazo e, em contrapartida, oferecer aos investidores rentabilidades mais atrativas em razão do prazo e da impossibilidade de resgate antecipado. As detidas pela Companhia foram emitidas pelo Banco XP S.A., possuem rentabilidade de IPCA + 3,65% a.a. e vencimento em 31 de maio de 2024.

(iv) Refere-se a aplicações em renda variável, mantidas junto ao Banco BTG, substancialmente em ações.

Os títulos classificados como títulos e valores mobiliários têm características de investimentos, e embora não haja restrição de liquidez, a intenção da administração é de manter os investimentos até o vencimento.

9 Contas a receber (consolidado)

	2023	2022
Contas a receber de clientes	354.668	314.299
Perda por redução ao valor recuperável (b)	(7.997)	(6.794)
	346.671	**307.505**

O Grupo possui contrato de financiamento com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 186.650 (R$ 86.078 em 2022).

A composição do saldo de contas a receber por vencimento é como segue:

a. Composição contas a receber de clientes

	2023	2022
A vencer	321.093	286.219
Vencidos de 1 a 30 dias	19.479	14.287
Vencidos de 31 a 60 dias	4.125	4.089
Vencidos de 61 a 90 dias	3.043	3.609
Vencidos de 91 a 180 dias	6.880	6.043
Vencidos acima de 180 dias	48	53
Perda por redução ao valor recuperável (b)	(7.997)	(6.794)
	346.671	**307.505**

b. Perda por redução ao valor recuperável

A Companhia efetua o write-off dos créditos vencidos há mais de 180 dias. Esses valores são lançados no resultado como perdas e as recuperações pelos recebimentos são lançadas como redutores destas perdas. O valor das perdas líquidas lançadas em 2023 é de R$ 13.923 (R$ 12.739 em 2022).

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos, diretamente associado ao período de inadimplemento dos títulos não pagos, ou seja, quando há evidências claras de perdaincorrida e também baseado em perdas de crédito esperadas, calculadas sobre a perda potencial pela probabilidade de inadimplência que gira em torno de 0,81% (0,79% em 2022). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(6.368)**
Constituições	(5.983)
Utilizações	5.557
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(6.794)**

Constituições	(5.630)
Utilizações	4.427
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(7.997)**

10 Estoques (consolidado)

	2023	2022
Mercadoria para revenda	708.686	727.262
Importação em andamento	52.460	53.211
	761.146	**780.473**

Em 2023, o custo dos produtos para revenda incluídos no 'Custo das vendas' totalizou R$ 1.368.677 (R$ 1.350.661 em 2022).

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R$ 26.798 (R$ 26.619 em 2022). Além disso, foram registrados R$ 1.584 como perdas de estoques (R$ 3.744 em 2022).

As principais premissas utilizadas para o cálculo da redução ao valor realizável líquido são:

- Itens sem giro - são considerados itens sem giro, os itens sem venda, em todos os estabelecimentos do Grupo, nos últimos 180 dias.

- Obsoletos - são considerados itens com baixa demanda e com baixa expectativa de realização por diversos fatores ligado à obsolescência do item.

- Com excesso - são considerados itens em que possuem venda corrente, mas que quantitativamente excedem o nível de segurança estipulados pelo Grupo.

A seguir, é demonstrada a movimentação da provisão para perdas com estoques:

	2023	2022
Saldo inicial	26.619	21.100
Constituição	16.888	11.709
Reversão/utilização	(16.709)	(6.190)
Saldo final	**26.798**	**26.619**

11 Adiantamentos a fornecedores (consolidado)

	2023	2022
Adiantamento fornecedores nacional	34.522	101.630
Adiantamento fornecedores estrangeiro	75.822	115.182
Devoluções à fornecedores	16.232	12.333
Outros créditos ICMS ST fornecedores	173	173
	126.749	**229.318**

Os adiantamentos a fornecedores referem-se a antecipações com alguns fornecedores, para compra de produtos de revenda, a serem realizadas em 2024.

Os valores referentes a devoluções de fornecedores deverão ser compensados com saldos a pagar a fornecedores a serem registrados quando do recebimento dos produtos, no decorrer de 2024.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Imposto de renda e contribuição social (vi)	3.834	7.617	17.710	19.153
ICMS s/ ativo imobilizado	-	-	2.928	3.328
ICMS-ST a restituir	-	-	5.285	2.768
Imposto sobre Circulação de Mercadorias ICMS)	-	-	1.464	3.057
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	832	1.591
Cofins – exclusão da base do ICMS (i)	-	-	2.836	17.208
Pis – exclusão da base do ICMS (ii)	-	-	692	3.699
IRPJ/CSLL sobre atualização Selic ações judiciais (iii)	-	-	20.364	15.739
IRPJ/CSLL sobre atualização Selic processos administrativos (iv)	-	-	1.102	852
Outros	-	-	4.464	2.708
Crédito Exclusão ICMS base de PIS/COFINS (v)	-	-	39.343	-
	3.834	**7.617**	**97.020**	**70.103**
Ativo circulante	3.834	7.617	94.995	62.604
Ativo não circulante	-	-	2.025	7.499

(i) Reconhecimento de créditos de exclusão da COFINS da base de cálculo do ICMS, nas seguintes empresas:

Ferragens Negrão Comercial Ltda.: em agosto de 2019, devido ao êxito transitado em julgado obtido sobre o processo pelo qual a Ferragens Negrão solicitava excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos, foi reconhecido, o crédito extemporâneo do COFINS atualizado, a partir de janeiro de 2002. No caso da Ferragens Negrão a decisão que transitou em julgado limitou-se a dizer que o ICMS deve ser excluído dabase da COFINS, sem definir se é o ICMS destacado nas notas fiscais ou o ICMS pago. Face ao posicionamento do STF e com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, a Empresa calculou o referido crédito tributário com base na exclusão do ICMS destacado. Quanto à possibilidade de ação rescisória ou de modulação que possa afetar o direito já reconhecido, entendemos que os riscos são baixíssimos. A rescisória entendemos ser incabível porque a decisão favorável à Empresa se deu de acordo o entendimento consolidado do STF; a modulação, por sua vez, entendemos ser incabível para processos em andamento, especialmente para aqueles já transitados em julgado.

O efeito dessa decisão foi apurado pela Ferragens Negrão e foi reconhecido, em 2020, o montante de R$ 63.880 referente aos débitos de COFINS apurados a maior, sendo R$ 27.772 registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas”e R$ 34.504 na rubrica “Receitas Financeiras” por se tratar de atualização pela SELIC, o qual constitui a melhor estimativa da Ferragens Negrão com base no levantamento de informações e documentos disponíveis e com o suporte de seus assessores jurídicos.

Em 30 de julho de 2021, foram reconhecidos créditos no montante de R$ 32.936 referentes ao ICMS na base de cálculo da COFINS, do período compreendido entre março de 2017 e abril de 2021, sendo R$ 30.554 registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas), líquidas” e R$ 2.382 na rubrica “Receitas Financeiras” por se tratar de atualização pela SELIC. Estes créditos foram parcialmente compensados no decorrer do exercício de 2021, via PERDCOMP.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022, foram reconhecidos créditos no montante de R$ 12.271 referentes a ICMS na base de cálculo da COFINS, do período compreendido entre janeiro de 2015 e março de 2017 (processo 50.355.74-15.2021.4.04.000/RS), sendo R$ 8.584 registrados na rubrica de “Outras Receitas (despesas) líquidas e R$

3.688 registrados na rubrica "Receitas financeiras" por se tratar de Atualização pela SELIC.

Em 2023 os saldos relativos a estes créditos foram atualizados e compensados, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.: refere-se ao processo nº 5392-94.2007.4.03.6000 pelo qual a Empresa solicita exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos. Foi reconhecido o crédito extemporâneo do COFINS atualizado a partir de janeiro de 2002. Face posicionamento do STF a Empresa calculou o referido crédito tributário com base na exclusão do ICMS destacado. A ação já transitou em julgado e se encontra em processo administrativo de habilitação do crédito tributário no importe de R$ 7.542.

Os créditos foram utilizados no decorrer do exercício de 2023, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Theron Marketing Ltda.: Em 2022, foram reconhecidos créditos no montante de R$ 1.687 referentes a ICMS na base de cálculo da COFINS, do período compreendido entre janeiro de 2015 e março de 2017 (processo 5010761-12.2017.404.7000), sendo R$ 1.162 registrados na rubrica de "Outras Receitas (despesas) líquidas e R$ 524 registrados na rubrica "Receitas financeiras" por se tratar de Atualização pela SELIC.

Os créditos foram utilizados no decorrer do exercício de 2023.

A composição e a movimentação dos créditos de ICMS na base da COFINS no exercício por Empresa, foi a seguinte:

	Negrão	**Sertão**	**Theron**	**Total**
Saldo em 31/12/2022	**8.022**	**7.499**	**1.687**	**17.208**
Créditos reconhecidos	-	-	-	-
Atualização SELIC	73	428	-	73
Compensações	(7.284)	(5.902)	(1.687)	(16.470)
Saldo em 31/12/2023	**811**	**2.025**	**-**	**2.836**

(ii) Reconhecimento de créditos de exclusão do PIS da base de cálculo do ICMS, especialmente nas seguintes empresas:

Ferragens Negrão Comercial Ltda.: em agosto de 2020, devido ao êxito transitado em julgado obtido sobre o processo pelo qual a Ferragens Negrão solicitava excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos, foi reconhecido, o crédito extemporâneo do PIS atualizado, a partir de janeiro de 2002.

O efeito dessa decisão foi apurado pela Ferragens Negrão e foi reconhecido, em 2020, o montante de R$ 24.316 referente aos débitos de PIS apurados a maior, sendo R$ 16.307 registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas), líquidas" e R$ 9.294 na rubrica "Receitas Financeiras" por se tratar de atualização pela SELIC, o qual constitui a melhor estimativa da Ferragens Negrão com base no levantamento de informações e documentos disponíveis e com o suporte de seus assessores jurídicos. Em 2021, os saldos foram atualizados pela Selic e compensados via PERDCOMP no decorrer do exercício.

Em 2023, estão demonstrados nesta conta apenas saldos de apuração de PIS.

Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.: refere-se ao processo nº 5393-79.2007.4.03.6000 pelo qual a Empresa solicita exclusão o ICMS da base de cálculo do PIS, juntamente com o direito de retroagir o crédito por cinco anos. Foi reconhecido o crédito extemporâneo do PIS atualizado a partir de janeiro de 2002. Face posicionamento do STF a Empresa calculou o referido crédito tributário com base na exclusão do ICMS destacado.

Theron Marketing Ltda.: Em 31/12/2022, foram reconhecidos créditos no montante de R$ 366 referentes a ICMS na base de cálculo do PIS (processo 5010761-12.2017.404.7000), sendo R$ 252 registrados na rubrica de "Outras Receitas (despesas) líquidas e R$ 114 registrados na rubrica "Receitas financeiras" por se tratar de Atualização pela SELIC.

Na Super-Pro Comércio de Equipamentos e Ferramentas Ltda., foram reconhecidos R$ 2.552 de créditos de PIS e COFINS em Dezembro de 2020, tendo sido este montante atualizado e totalmente compensado no decorrer de 2021 e 2022.

A composição e a movimentação dos créditos de PIS, no exercício, por Empresa, foi a seguinte:

	Negrão	Sertão	Theron	Outras	Total
Saldo em 31/12/2022	**1.600**	**1.707**	**366**	**26**	**3.699**
Créditos reconhecidos	544	-	-	98	642
Atualização SELIC	-	71	6	-	77
Compensações	(1.600)	(1.729)	(37)	(26)	(3.727)
Saldo em 31/12/2023	**544**	**49**	**-**	**98**	**692**

(iii) O valor, registrado em 2021, se refere a estimativa de recuperabilidade do pagamento indevido de Imposto de Renda e Contribuição Social, recolhidos sobre a atualização Selic sobre créditos tributários de PIS e COFINS decorrentes das ações judiciais de **e**xclusão de ICMS da Base de Cálculo de Pis e Cofins**.** A contrapartida foi lançada como redutora da despesa do imposto de renda daquele exercício. A administração aguarda o trânsito em julgado do respectivo processo judicial de **n**ão **i**ncidência de IRPJ/CSLL sobre **a**tualização de **c**réditos **t**ributários calculados pela SELIC, para posterior habilitação perante a Receita Federal e respectiva compensação, conforme legislação tributária vigente.

Em 2023, o valor deste crédito foi atualizado pela SELIC, desde a data do seu registro contábil, resultando em R$ 4.626 lançados a crédito da conta de receitas financeiras.

(iv) O valor, registrado em 31 de dezembro de 2021, se refere a estimativa de recuperabilidade do pagamento indevido de Imposto de Renda e Contribuição Social, recolhidos sobre a atualização Selic incidente sobre créditos tributários de COFINS do período compreendido entre 16/03/2017 e 31/05/2021, compensados ao longo do ano base 2021, através de PERDCOMP via processo administrativo, nos termos do Parecer SEI 7698/2021/ME da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional de 20/05/2021, fundamentado no julgamento do RE 574.706/PR pelo Supremo Tribunal Federal em 13/05/2021.

Em 2023, o valor deste crédito foi atualizado pela SELIC, desde a data do seu registro contábil, resultando em R$ 250 lançados a crédito da conta de receitas financeiras.

A administração aguarda o trânsito em julgado do respectivo processo judicial de Não Incidência de IRPJ/CSLL sobre Atualização de Créditos Tributários calculados pela SELIC, para posterior habilitação perante a Receita Federal e respectiva compensação, conforme legislação tributária vigente.

(v) Refere-se a créditos de PIS e COFINS sobre ICMS-ST, registrados na Ferragens Negrão Ltda. sendo R$ 32.325 lançados na conta de indébitos tributários e R$ 7.017 lançados na conta de Selic sobre indébitos, na receita financeira.

Estes créditos têm referência ao Mandado de Segurança n. 5022916- 76.2019.4.04.7000, que tem por objetivo excluir os valores relacionados ao ICMS Substituição Tributária ("ICMS-ST") pagos pela Ferragens Negrão na qualidade de substituído tributário e posteriormente embutido no preço das mercadorias ou, subsidiariamente, o direito à apuração de créditos de PIS e COFINS decorrentes da aquisição de mercadorias sujeitas ao ICMS-ST. Os créditos foram reconhecidos em razão do julgamento favorável pelo STJ do Tema Repetitivo n. 1.125, cujo resultado é totalmente favorável ao contribuinte, ao fixar a seguinte tese: "O ICMS-ST não compõe a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva".

(vi) Dentre este crédito, encontra-se o registro de R$ 4.231 referente a créditos de IRPJ sobre PAT da Ferragens Negrão Comercial Ltda. contabilizado em dezembro de 2023, sendo R$ 3.148 como indébitos tributários e R$ 1.083 na conta de Selic sobre indébitos, na receita financeira.

Estes créditos são originários do trânsito em julgado em 16/09/2022 da medida judicial em nome da Ferragens Negrão Comercial Ltda. nº 5046025-22.2019.4.04.7000, na 2° Vara Federal de Curitiba/PR, que buscava deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda, o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base, em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho.

Em 19/09/2023, a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu despachos decisórios deferindo a habilitação dos referidos créditos. No entanto, como o registro contábil foi feito em dezembro de 2023, não houve compensação neste exercício.

13 Imobilizado (consolidado)

a. Composição do saldo

		2023			2022
Descrição	**Taxa de depreciação % a.a.**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Terrenos		390	-	390	390
Edificações		7.635	(1.108)	6.527	6.680
Instalações prediais		16.366	(4.445)	11.921	8.891
Veículos		1.460	(1.323)	137	352
Móveis e utensílios		40.589	(19.688)	20.901	21.589
Máquinas e equipamentos		15.265	(7.567)	7.697	7.418
Equipamentos de informática		7.551	(6.255)	1.297	1.531
Obras em andamento		67.227	-	67.227	16.674
Demais imobilizações		4.075	(1.117)	2.958	1.795
Total		**160.558**	**(41.503)**	**119.055**	**65.320**

b. Movimentação do custo e depreciação acumulada

	Terrenos	**Edificações**	**Instalações Prediais**	**Móveis e Utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Equipamentos de informática**	**Obras em andamento**	**Veículos**	**Demais imobilizações**	**Total**
Custo										
Em 31 de dezembro de 2021	**390**	**7.635**	**8.673**	**35.664**	**12.695**	**6.966**	**6.867**	**1.649**	**2.857**	**83.396**
Adições	-	-	3.599	2.009	1.413	681	9.807	-	-	17.509
Baixas	-	-	-	-	(2)	(328)	-	-	-	(330)
Em 31 de dezembro de 2022	**390**	**7.635**	**12.272**	**37.673**	**14.106**	**7.319**	**16.674**	**1.649**	**2.857**	**100.575**
Adições	-	-	4.094	2.918	1.306	321	50.553	4	1.218	60.414
Baixas	-	-	-	(2)	(147)	(89)	-	(193)	-	(431)
Em 31 de dezembro de 2023	**390**	**7.635**	**16.366**	**40.589**	**15.265**	**7.551**	**67.227**	**1.460**	**4.075**	**160.558**
Depreciação Acumulada										
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(801)**	**(2.507)**	**(12.813)**	**(5.547)**	**(5.252)**	**-**	**(1.131)**	**(1.007)**	**(29.058)**
Depreciação	-	(152)	(874)	(3.271)	(1.142)	(541)	-	(166)	(55)	(6.201)
Baixa de depreciação	-	(2)	-	-	1	5	-	-	-	4
Em 31 de dezembro de 2022	**-**	**(955)**	**(3.381)**	**(16.084)**	**(6.688)**	**(5.788)**	**-**	**(1.297)**	**(1.062)**	**(35.255)**
Depreciação	-	(153)	(1.064)	(3.606)	(1.009)	(484)	-	(134)	(55)	(6.505)
Baixa de depreciação	-	-	-	2	130	17	-	108	-	257
Em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(1.108)**	**(4.445)**	**(19.688)**	**(7.567)**	**(6.255)**	**-**	**(1.323)**	**(1.117)**	**(41.503)**
Valor Contábil										
Em 31 de dezembro de 2021	390	6.834	6.166	22.851	7.148	1.714	6.867	518	1.850	54.338
Em 31 de dezembro de 2022	390	6.680	8.891	21.589	7.418	1.531	16.674	352	1.795	65.320
Em 31 de dezembro de 2023	**390**	**6.527**	**11.921**	**20.901**	**7.697**	**1.297**	**67.227**	**137**	**2.958**	**119.055**

Dentre as obras em andamento, em 2023, estão classificados R$ 6.385 referentes às taxas de administração a incorrer da parte contemplada do consórcio, conforme mencionado na nota 18.

Valor recuperável do ativo imobilizado (Impairment)
Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados por valores superiores aos seus valores recuperáveis.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração realizou tais testes e não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores que seus valores contábeis.

Revisão das vidas úteis
As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado, e o Grupo neste exercício manteve a estimativa em relação ao valor residual e as taxas de depreciação (vidas úteis) utilizadas no exercício anterior.

14 Intangível (consolidado)

	2023	2022
Projeto SAP (a)	20.345	5.813
Softwares e programas (b)	2.974	551
Ágio na aquisição de controlada (c)	21.562	21.224
Outros	2.251	2.251
Total	**47.132**	**29.839**

a. Projeto SAP
Trata-se dos gastos incorridos no exercício de 2023, no montante de R$ 14.532 (R$ 5.813 em 2022), relativos ao projeto de implantação do ERP SAP S/4 Hana, cuja previsão de entrada em funcionamento, prevista para o início do exercício de 2025. A amortização terá início após a entrada em funcionamento do sistema.

b. Softwares e programas

	2023			2022
	Custo	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares e programas	8.765	(5.791)	2.974	551
Total	**8.765**	**(5.791)**	**2.794**	**551**

	Softwares e programas	**Total**
Custo		
Em 31 de dezembro de 2021	**6.055**	**6.055**
Adição	(7)	(7)
Em 31 de dezembro de 2022	**6.048**	**6.048**
Adição	2.717	2.717

	Softwares e programas	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**8.765**	**8.765**
Amortização acumulada		
Em 31 de dezembro de 2021	**(5.125)**	**(5.125)**
Amortização	(372)	(372)
Em 31 de dezembro de 2022	**(5.497)**	**(5.497)**
Amortização	(294)	(294)
Em 31 de dezembro de 2023	**(5.791)**	**(5.791)**
Saldo líquido		
Em 31 de dezembro de 2021	**930**	**930**
Em 31 de dezembro de 2022	**551**	**551**
Em 31 de dezembro de 2023	**2.974**	**2.974**

c. Ágio na aquisição de controlada

Em 15 de janeiro de 2020, a Super-Pro adquiriu 100% das cotas da Ferramentas Kennedy. A avaliação do valor juto da Empresa adquirida foi estimado a partir do método de Fluxo de Caixa Descontado, na data base de aquisição. Não foram identificados outros ativos intangíveis separáveis, sendo reconhecido ágio com resultado da aquisição no valor de R$ 21.224.

O valore de ágio apurado na aquisição está sujeito a avaliação de impairment (redução ao valor recuperável). O Grupo avaliou o impairment, revisitando as premissas utilizadas no cálculo de fluxo de caixa descontado, as quais não apresentaram variações significativas. O fluxo de caixa foi baseado em uma projeção nominal para os próximos 5 anos, sendo que à partir deste período, consideramos uma perpetuidade com crescimento equivalente a expectativa de inflação de longo prazo. Não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor de recuperação em 2023 e 2022.

Em dezembro de 2023, a M12 Participações Empresariais S/A adquiriu 70% da Hommes Mobiliário Ltda., registrando ágio no montanmte de R$ 338.

15 Arrendamento mercantil (consolidado)

O Grupo arrenda centros de distribuição para a armazenamento das mercadorias nas filiais. Esses arrendamentos são feitos pelo prazo médio de cinco a dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento sem a autorização do locatário.

Classe de ativo	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022	Adição	Depreciação	31/12/2023
Imóveis	40.763	15.386	(16.994)	39.155	46.843	(21.335)	64.663
	40.763	**15.386**	**(16.994)**	**39.155**	**46.843**	**(21.335)**	**64.663**

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

As adições se referem, majoritariamente, a contratos de aluguel dos imóveis locados pela Ferragens Negrão em Ribeirão das Neves/MG, Parnamirim/RN, Palmas/TO, Caucaia/CE e duas unidades em São José dos Pinhais/PR. Assim como reajustes contratuais de diversos contratos.

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A movimentação do passivo de arrendamento e os vencimentos das parcelas estão demonstrados nas tabelas seguir:

	2023	**2022**
Saldo anterior	39.477	43.538
Adições	46.843	15.388
Juros incorridos	15.676	3.826
Pagamento de principal	(23.715)	(21.602)
Pagamento de juros	(7.838)	(1.673)
Saldo final	**70.443**	**39.477**
Passivo circulante	21.880	10.364
Passivo não circulante	48.563	29.113

	2023	**2022**
Um ano (2024)	21.880	10.364
Dois anos (2025)	14.403	11.583
Três anos (2026)	11.015	6.715
Quatro anos (2027)	7.936	2.787
Maior ou igual a cinco anos (2028 e seguintes)	15.209	8.028
	70.443	**39.477**

16 Investimentos (controladora)

16.1 Informações das empresas controladas

	Ativos	**Passivos**	**Patrimônio líquido**	**Lucro líquido (prejuízo)**
Em 31 de dezembro de 2023				
Ferragens Negrão Comercial Ltda.	1.785.271	1.334.375	450.896	119.145
Super-Pró Comércio de Equipamentos Ltda.	157.508	117.318	40.191	7.218
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	234.368	129.847	104.521	2.090
TBR Adesivos e Selantes Ltda.	34.798	9.039	25.759	12.233
Theron Marketing Ltda.	41.245	8.168	33.077	21.544
Matsuyama Comercial Ltda.	39.706	26.904	12.802	933
Bigbay Comércio de Ferramentas	17	6	11	-
Wbr Equipamentos para Pintura Ltda.	30.620	28.351	2.269	(351)
Vdbn Representacoes Comerciais Ltda.	3.996	805	3.190	2.209
Atacadão das Ferramentas	7.191	4.329	2.862	2.271
Worker Comércio de Ferramentas Ltda.	-	-	-	-
Kala Comércio e Distribuição Ltda.	5.068	2.499	2.569	2.484
Collins Ferramentas Comercial Ltda.	2.561	221	2.340	1.243
Hommes Mobiliário Ltda.	1.690	54	1.636	(24)
Total	**2.344.043**	**1.661.918**	**682.125**	**170.995**

	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2022				
Ferragens Negrão Comercial Ltda.	1.869.552	1.168.389	701.163	140.532
Super-Pró Comércio de Equipamentos Ltda.	111.219	78.261	32.958	3.934
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda.	232.790	130.360	102.430	10.475
TBR Adesivos e Selantes Ltda.	25.684	8.288	17.396	8.976
Theron Marketing Ltda.	44.297	18.284	26.013	13.393
Matsuyama Comercial Ltda.	45.443	33.574	11.869	2.017
Bigbay Comércio de Ferramentas	31	19	12	(3)
WBR Equipamentos para Pintura Ltda.	32.022	29.401	2.621	(356)
VDBN Representacoes Comerciais Ltda.	1.809	829	980	2.272
Atacadão das Ferramentas	1.819	1.228	591	514
Kala Comércio e Distribuição Ltda.	222	137	85	73
Collins Ferramentas Comercial Ltda.	1.259	162	1.097	800
Total	**2.366.147**	**1.468.932**	**897.215**	**182.627**

16.2 Composição e movimentação do saldo de investimento

Controladas	Participação (%)	Valor do investimento 31/12/2022	Aquisição / aporte de capital	Equivalência patrimonial	Lucros/JCP recebidos	Valor do investimento 31/12/2023
Ferragens Negrão Comercial Ltda	100	**701.164**	-	107.085	(369.412)	**438.837**
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda	100	**102.430**	-	2.090	-	**104.521**
Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda	99,45	**32.958**	-	7.178	-	**40.136**
Theron Marketing Ltda	100	**26.013**	-	21.544	(14.480)	**33.077**
Matsuyama Comercial Ltda	100	**11.869**	-	933	-	**12.802**
Tbr Adesivos e Selantes Ltda	100	**17.396**	-	12.233	(3.870)	**25.759**
Vdbn Representações Comerciais Ltda	100	**981**	-	2.209	-	**3.191**
Wbr Equipamentos para Pintura ltda	100	**2.621**	-	(352)	-	**2.269**
Atacadão das Ferramentas Ltda	100	**590**	-	2.273	-	**2.862**
Bigbay Comercio de Ferramentas, Materiais de Construção e Acabamento Ltda.	100	**12**	-	-	-	**12**
Collins Ferramentas Comercial Ltda.	100	**1.097**	-	1.243	-	**2.340**
Kala Comércio e Distribuição Ltda.	100	**85**	-	2.484	-	**2.569**
JBR Importadora e Distribuidora Ltda.	100	-	1	(1)	-	-
Hommes Mobiliario LTD.	70	-	1.163	(17)	-	**1.145**
		897.216	**1.164**	**170.963**	**(387.762)**	**669.520**

Controladas	Participação (%)	Valor do investimento 31/12/2021	Aporte de Capital	Equivalência patrimonial	Lucros/JCP recebidos	Valor do investimento 31/12/2022
Ferragens Negrão Comercial Ltda	100	**610.268**	-	140.532	(49.636)	**701.164**
Sertão Comercial de Equipamentos Ltda	100	**91.955**	-	10.475	-	**102.430**
Super-Pro Comercio de Equipamentos e Ferramentas Ltda	99,45	**29.024**	-	3.934	-	**32.958**

Theron Marketing Ltda	100	**19.120**	-	13.393	(6.500)	**26.013**
Matsuyama Comercial Ltda	100	**10.852**	-	2.017	(1.000)	**11.869**
Tbr Adesivos e Selantes Ltda	100	**11.620**	-	8.976	(3.200)	**17.396**
Vdbn Representações Comerciais Ltda	100	**1.510**	-	2.271	(2.800)	**981**
Wbr Equipamentos para Pintura ltda	100	**2.977**	-	(356)	-	**2.621**
Atacadão das Ferramentas Ltda	100	**76**	-	514	-	**590**
Bigbay Comercio de Ferramentas, Materiais de Construção e Acabamento Ltda.	100	**1**	808	(797)	-	**12**
Collins Ferramentas Comercial Ltda.	100	-	60	1.037	-	**1.097**
Kala Comércio e Distribuição Ltda.	100	-	12	73	-	**85**
		777.403	**880**	**182.069**	**(63.136)**	**897.216**

17 Fornecedores (consolidado)

O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de 52 dias (62 dias em 2022). As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando necessário.

	2023	**2022**
Fornecedores nacionais	228.793	200.157
Fornecedores exterior	30.160	159.917
Importação em andamento	52.460	53.211
	311.414	**413.285**

18 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

Os empréstimos para capital de giro são garantidos por avalistas e recebíveis das respectivas empresas. Os contratos de arrendamento mercantil e de Finame possuem como garantia os próprios ativos arrendados.

Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos:

Instituição Financeira	**Taxa**	**Modalidade**	**Início**	**Término**	**2023**	**2022**
Banco do Brasil	CDI + 2,00% a 2,27% a.a. e 123% CDI	Capital de Giro	09/10/2017	15/07/2026	75.853	93.861
Banco Itaú	CDI + 1,55% a 1,70% a.a.	Capital de Giro	01/03/2021	25/03/2026	45.905	64.484
Banco Safra	CDI + 3,85% a.a.	Capital de Giro	30/11/2019	07/05/2026	11.844	32.531
Banco Santander	USD + 4,83% a.a.	Capital de Giro	10/03/2020	30/04/2026	49.985	77.410
Banco do Brasil	USD + 4,69% a.a.	FINIMP	24/02/2021	24/02/2022	-	7.825
Banco Itaú	USD + 6,18% a.a.	FINIMP	18/03/2021	28/03/2024	5.419	31.122
Banco CCB	USD + 5,49% a.a.	FINIMP	15/12/2021	05/12/2023	-	14.836
Banco Citibank	USD + 2,35% a 4,951 a.a	FINIMP	11/03/2022	16/04/2024	14.821	41.298
Banco Santander	-	Cheque especial	30/10/2022	01/11/2022	-	93
Banco Alfa	0,92% a.m. a 1,27% a.m.	Leasing	12/05/2018	23/10/2023	8	560
Banco Citi (a)	CDI + 2,55% a.a. / USD +5,432% a.a.	Capital de Giro	05/12/2022	05/12/2027	182.735	211.390
Banco Safra	USD + 7,6% a.a.	Capital de Giro	25/05/2023	11/05/2026	25.515	-
Banco Safra	CDI + 1,7% a.a.	Capital de Giro	25/05/2023	05/11/2026	25.530	-
Banco Bradesco (b)	Taxa adm. 17% e fundo reserva 3%	Consórcio	10/04/2023	14/05/2024	27.481	-
M12 Holding	USD + 5,07% a.a	Mútuo	13/10/2023	21/12/2028	24.206	-
M12 Fundos de investimento (c)	CDI+3,5% a.a.	FIDC	31/12/2023	31/12/2023	270.000	-
Passivo circulante					186.267	191.451
Passivo não circulante					573.035	383.960
					759.302	**575.410**

(a) Esta operação de empréstimo foi captada pela Ferragens Negrão junto ao Citi, pelo montante de USD 38.462 mil e possui proteção cambial (SWAP), cuja marcação a mercado (MtM) está registrada em conta específica de instrumentos financeiros derivativos, no passivo não circulante. O valor justo do contrato em 31 de dezembro de 2023 perfaz o montante de R$ 23.756 (R$ 4.444 em 2022).

(b) Trata-se de cartas de consórcio negociadas junto ao Banco Bradesco, no valor original de R$ 61.325, com o objetivo de obter recursos para fazer face às obras em andamento do galpão de Garuva/SC. As parcelas já contempladas constam classificadas no passivo não circulante; as parcelas a contemplar e o fundo de reserva constam classificados como outros créditos a receber; e as taxas de administração foram alocadas no imobilizado como obras em andamento (nota 13).

(c) Em 28/12/2023, a Ferragens Negrão emitiu 10 Notas Comerciais-NCs no valor individual de R$ 30.000 (trinta milhões de reais) com vencimento em 7 anos, sendo 2 anos de carência com pagamento de juros mensais e 5 anos de amortização de principal com juros de CDI+3% ao ano. Tais NCs foram encarteiradas pelo fundo M12 FIDC LONGO PRAZO, cujo único cotista é o fundo M12 NEGRAO FC FIM CP de titularidade dos 6 acionistas da M12 Participações Empresariais S.A, que é controladora da Ferragens Negrão.

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos e do consórcio em 2023 e 2022:

Instituição	2022	Adições	Juros apropriados	Amortização	Pagamento de juros	Variação cambial	2023
Banco do Brasil (Capital de Giro)	93.861	-	13.531	(19.070)	(12.469)	-	75.853
Banco Itaú (Capital de Giro)	64.484	-	7.893	(17.778)	(8.694)	-	45.905
Banco Santander (Capital de Giro)	77.410	-	7.664	(26.349)	(8.740)	-	49.985
Banco Safra (Capital de Giro)	32.531	50.966	3.840	(21.749)	(2.778)	79	62.889
Banco Citi (Capital de Giro)	211.390	-	26.600	(19.355)	(22.354)	(13.546)	182.735
Banco Alfa, IBM, Sant. Brad. Day. (Arrendamento Mercantil)	560	-	94	(567)	(79)	-	8
Banco do Brasil (Finimp)	7.825	-	384	(7.682)	(500)	(27)	-
Banco CCB (Finimp)	14.836	-	97	(15.780)	(276)	1.123	-
Banco Itaú (Finimp)	31.122	-	751	(25.125)	(1.104)	(225)	5.419
Banco Santander (Finimp)	93	-	-	(93)	-	-	-
Banco Citibank (Finimp)	41.298	-	1.236	(25.240)	(1.279)	(1.194)	14.821
BTG	-	-	253	-	(259)	-	-
M12 Holding	-	25.350	-	-	-	(1.143)	24.206
M12 Fundos de investimento	-	270.000	-	-	-	-	270.000
	575.410	**346.316**	**62.343**	**178.788**	**(58.532)**	**(14.933)**	**731.821**

Instituição	2022	Adições	Taxa administrativa	Fundo de reserva	Lances efetuados	Rendimento	2023
Banco Bradesco (consórcio)	-	53.925	6.385	875	(32.152)	(1.552)	**27.481**
	-	**53.925**	**6.385**	**875**	**(32.152)**	**(1.552)**	**24.782**

Instituição	2021	Adições	Juros apropriados	Amortização	Pagamento de juros	Variação cambial	2022
Banco do Brasil (Capital de Giro)	114.140	5.000	13.427	(38.707)	-	-	93.861
Banco Itaú (Capital de Giro)	103.363	-	10.688	(49.568)	-	-	64.484
Banco Bradesco (Capital de Giro)	12.963	-	355	(13.318)	-	-	-
Banco Santander (Capital de Giro)	104.035	-	10.151	(36.776)	-	-	77.410
Banco Safra (Capital de Giro)	45.042	-	6.848	(19.359)	-	-	32.531
Banco Caixa (Capital de Giro)	24.000	-	1.416	(25.416)	-	-	-
Banco Citi (Capital de Giro)	-	211.290	630	(528)	-	-	211.390
Banco Alfa, IBM, Sant. Brad. Day. (Arrendamento Mercantil)	2.684	-	302	(2.426)	-	-	560
Banco do Brasil (Finimp)	9.064	7.656	154	(8.620)	(198)	231	7.825

Banco Bradesco (Finimp)	4.105	-	35	(3.857)	(331)	48	-
Banco CCB (Finimp)	22.952	-	386	(7.224)	(266)	1.012	14.836
Banco Safra(Finimp)	-						
Banco Itaú (Finimp)	12.802	30.203	752	(12.723)	(486)	575	31.122
Banco Santander (Finimp)	-	93	-	-	-	-	93
Banco Citibank (Finimp)	23.132	35.736	1.307	(19.134)	(450)	707	41.298
BNDS	30	-	-	(30)	-	-	-
	478.311	**306.896**	**46.626**	**(244.590)**	**(1.731)**	**87**	**575.410**

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas:

	2023
Um ano (2024)	186.267
Dois anos (2025)	143.701
Três anos (2026)	212.853
Quatro anos (2027)	54.000
2028 em diante	135.000
	731.821

Covenants financeiros

O Grupo detém empréstimos bancários com cláusulas de covenants, na controlada Ferragens Negrão, os quais totalizam R$ 533.000 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 528.000 em 2022), que prevê cláusulas de obrigações especiais referentes à manutenção de covenants. Os contratos estabelecem que ao final de cada exercício a dívida líquida consolidada do Grupo não pode exceder 2,5 (três) vezes o Ebitda (calculado conforme definido em contrato). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo cumpriu com todas as cláusulas contratuais previstas nestes contratos.

Garantias

O Grupo possui contrato de financiamento com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cuja montante das garantias em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 186.650 (R$ 86.078 em 2022).

19 Obrigações tributárias

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	809	7.347	5.914
CSLL a recolher	-	-	3.078	2.309
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	12.908	8.619
IRPJ a recolher	-	-	5.784	2.261
Parcelamentos fiscais (i)	-	-	5.592	8.034
Programa de Integração Social (PIS)	-	175	813	725
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	3.258	2.027	4.211	4.091
Outros	-	-	3.308	2.174
Total	**3.258**	**3.012**	**43.041**	**34.127**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo circulante	3.258	3.012	38.118	26.662
Passivo não circulante	-	-	4.922	7.465

(i) Saldo composto, em sua maioria, por parcelamentos fiscais nos termos da Lei 11.941/2009 iniciado em 08/2009 e divido em 51 parcelas atualizado pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Grupo encontra-se adimplente com os parcelamentos em 31 de dezembro de 2023.

20 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Comissões a representantes (i)	-	-	12.039	13.771
Aquisição controlada (ii)	-	-	5.152	8.756
Outras obrigações	-	-	16.893	19.677
Total	**-**	**-**	**34.084**	**42.204**
Passivo circulante	-	-	28.927	33.448
Passivo não circulante	-	-	5.157	8.756

(i) Referem-se as notas fiscais recebidas dos representantes e também a provisão para pagamento, conforme política de recebimento e contrato**.**

(ii) Saldo a pagar pela aquisição da controlada Ferramentas Kennedy. O preço total da transação foi de R$ 25.545, com pagamento à vista no valor de R$ 7.791, na data de assinatura do contrato em 15/01/2020; parcelas mensais durante 5 anos, no valor de R$ 83, com valor total de R$ 5.000; e parcelas anuais durante 5 anos, com valor total de R$ 5.000.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor a pagar está composto da seguinte forma:

	2023	**2022**
Parcelas contratuais	5.152	8.824
Ajuste a valor presente	-	(68)
Saldo em 31 de dezembro	**5.162**	**8.756**

21 Provisão para contingências (consolidado)

Durante o curso normal de seus negócios, o Grupo fica exposto a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, em discussão. As provisões são consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

O Grupo possui registradas as seguintes provisões para fazer face às eventuais demandas judiciais:

a. Provisões com depósitos judiciais

	2023	2022
Depósitos judiciais - Processos Tese Jurídica	135.243	105.057
Provisão IPI com Processo Judicial (b)	(70.690)	(52.693)
Provisão Pis e Cofins - ICMS ST	(5.293)	(4.017)
Provisão Pis e Cofins com Processo Judicial (a)	(59.260)	(48.347)
Outros depósitos judiciais	8.865	11.384
	8.864	**11.384**
Depósitos judiciais	144.108	116.441
Provisão para contingências	(135.243)	(105.057)

(a) Processo de PIS e COFINS, o qual a Ferragens Negrão Comercial Ltda. figura como autora e pleiteia a recuperação dos créditos de PIS e COFINS oriundos de valores pagos a representantes comerciais, SAC 0800, frete sobre transferências entre filiais, gráfica e encargos com depreciação do ativo imobilizado, como passíveis de serem deduzidos na apuração destas contribuições.

(b) Processos referentes ao IPI tributado nas operações de revenda de mercadorias importadas pela Ferragens Negrão (matriz e filiais).

Para as demandas acima, o Grupo vem depositando judicialmente o valor dos impostos sobre estas transações e reconhece provisão para contingência, em decorrência do não pagamento dos impostos junto as autoridades fiscais.

Contratação de seguro garantia

Em 02/2021, o Grupo efetuou a contração de um seguro garantia que tem por objeto garantir até o limite máximo de garantia indicado na Apólice, o valor discutido nos autos da Ação relacionado ao débito tributário de PIS/COFINS, no montante de R$ 39.523, mencionada na nota (a) acima, e no montante de R$ 70.000 referente ao débito tributário de IPI, discutido na Ação mencionada na nota (b) acima. Este seguro se refere estritamente à utilização para substituir os depósitos judiciais vinculados às referidas ações tributárias, estando pendente o deferimento pelo Poder Judiciário.

b. Demais provisões

	2023	2022
Tributárias	3.295	3.200
Trabalhistas	671	596
Cível	2.236	5.476
	6.203	**9.272**

c. Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de dezembro de 2023 no montante estimado de R$ 1.628 (R$ 2.246 em 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS's* não requerem sua contabilização.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado da seguinte forma:

	2023	2022
Quantidade de cotas/ações	11.364	11.364
Valor unitário (em R$)	1,00	1,00
Valor total	11.364	11.364

A participação no capital social de cada sócio ficou assim distribuída:

Sócio	Quantidade de quotas	Valor unitário	Valor Total
Milton Luiz Saling	1.894	1,00	1.894
Marco Antônio Saling	1.894	1,00	1.894
Miguel Ângelo Saling	1.894	1,00	1.894
Marcelo Duarte Saling	1.894	1,00	1.894
Mauro Antônio Saling	1.894	1,00	1.894
Myron Saling Junior	1.894	1,00	1.894
Total	**11.364**	**1,00**	**11.364**

A Companhia foi constituída sob a forma de Companhia limitada em novembro de 2020. Em 08 de fevereiro de 2021, a Companhia teve sua 1ª alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, através da qual, os sócios decidiram aprovar, sem restrições, a transformação do tipo societário da Sociedade, que passa de sociedade limitada para sociedade por ações, para melhor atender a finalidade e os interesses sociais, com base nos artigos 1.113 e 1.072 do Código Civil e artigo 220 da Lei 6.404/76.

b. Reserva legal

A reserva legal foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício social, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Conforme previsto no contrato social das empresas do Grupo, os lucros apurados serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção de suas quotas do capital, exceto se, havendo lucro, deliberarem os sócios levarem ao patrimônio líquido das empresas para posterior utilização. Em comum acordo os sócios aprovaram em 2023 a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R$ 62.254 (R$ 42.333 em 2022) e distribuição de dividendos no montante de R$ 321.262 (R$ 24.120 em 2022).

d. Reserva de subvenção

Reserva constituída, a partir do exercício de 2019, após o resultado da consolidação dos benefícios fiscais utilizados pelo Grupo, em observância a Lei Complementar nº 160/2017, que incluiu os parágrafos 3º e 4º no art. 30 da Lei nº 12.973/2014, preceituando que os incentivos e os benefícios fiscais, ou financeiro-fiscais, relativos ao ICMS, de forma geral, são considerados subvenções para investimento, no valor de R$ 26.650 em 2023 (R$ 30.752 em 2022), totalizando R$ 126.717 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 99.067 em 31 de dezembro de 2022).

23 Receita líquida de vendas (consolidado)

	2023	2022
Receita bruta		
Revenda de mercadorias	2.789.067	2.726.622
Prestação de serviços	6.293	6.732
	2.795.360	**2.733.354**
(-) Devoluções e abatimentos		
Devoluções de revenda	(61.510)	(59.242)
Descontos incondicionais	(11.814)	(11.468)
	(73.324)	**(70.710)**
(-) Impostos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS ST)	(51.235)	(44.944)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	(256.842)	(241.730)
Programa de integração social - PIS	(42.011)	(39.165)
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	(193.487)	(180.398)
Imposto sobre serviços (ISS)	(145)	(153)
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	(30.336)	(28.965)
Crédito Presumido ICMS Subvenção p/ Investimento	21.541	26.197
	(552.515)	**(509.158)**
Receita líquida de vendas	**2.169.522**	**2.153.486**

24 Custos e despesas (consolidado)

	2023	2022
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.368.676)	(1.350.661)
Gastos com pessoal	(163.870)	(142.189)
Comissões sobre revendas	(98.191)	(100.881)
Fretes sobre revendas	(103.030)	(86.091)
Locações de imóveis e equipamentos	(48.112)	(39.686)
Serviços profissionais de terceiros	(61.669)	(48.294)
Impostos, taxas e demais custas judiciais	(13.609)	(11.308)
Depreciação e amortização	(28.136)	(23.550)
Propaganda e publicidade	(28.643)	(27.083)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(15.112)	(12.738)
Materiais e insumos	(11.810)	(11.314)
Bonificações comerciais	(7.542)	(8.219)
Manutenção	(14.692)	(13.748)
Despesas com importação	(5.758)	(6.947)
Royalties	(5.858)	(5.351)
Energia elétrica	(6.134)	(5.458)
Despesas com viagem	(8.338)	(4.014)
Seguros sobre cargas	(2.806)	(2.473)
Embalagens e armazenamento e demais materiais	(908)	(1.520)
Prêmios e seguros	(3.376)	(3.173)
Link de dados	(4.856)	(4.478)
Provisão para perda de estoque sem giro	(1.764)	(9.263)
Outras despesas operacionais	(11.062)	(5.702)
(-) Créditos fiscais	14.470	11.819
	(1.999.482)	**(1.912.322)**
Função		
Custo das mercadorias e serviços	(1.368.677)	(1.350.661)
Despesas gerais e administrativas	(248.944)	(215.397)
Despesas comerciais	(366.751)	(333.525)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(15.111)	(12.739)
	(1.999.482)	**(1.912.322)**

25 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Crédito Presumido ICMS	-	-	2.495	2.615
Indébitos tributários (i)	-	-	35.646	12.286
Outras receitas e despesas operacionais	-	570	(1.116)	(2.052)
(-) PIS e COFINS s/ outras receitas operacionais	(4.552)	(3.646)	(5.231)	(4.385)
	(4.552)	**(3.076)**	**31.794**	**8.464**

(i) Em 2022, o valor era composto, substancialmente, pelo crédito referente ao processo do ICMS na base de cálculo da COFINS. Em 2023, o valor está composto, majoritariamente, pelos créditos de IRPJ sobre PAT, no montante de R$ 3.148 e pelos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS-ST, no montante de R$ 32.325, conforme detalhado na nota 12.

26 Receitas e despesas financeiras (consolidado)

	2023	2022
Encargos financeiros sobre arrendamento mercantil	(7.838)	(3.816)
Juros sobre empréstimos	(68.833)	(46.572)
Juros sobre fornecedores	(3.271)	(2.178)
Despesas com cartões	(4.541)	(4.295)
IOF e demais taxas	(5.738)	(4.408)
Tarifas bancárias	(6.307)	(5.995)
Descontos concedidos	(10.478)	(10.208)
Perdas com aplicações financeiras	(5.116)	(6.828)
Instrumentos financeiros derivativos (MtM)	(19.775)	(4.444)
Outras despesas financeiras	(3.045)	(3.434)
Despesas financeiras	**(134.942)**	**(92.178)**
Descontos obtidos	7.008	7.393
Juros recebidos	8.979	7.664
Outras receitas financeiras	235	151
Rendimento de aplicações financeiras	56.132	48.010
Selic indébitos tributários	13.045	4.330
Atualização monetária	1.535	1.248
Variação cambial líquida	24.532	147
Receitas financeiras	**111.466**	**68.943**
Resultado financeiro	**(23.476)**	**(23.235)**

27 Imposto de renda e contribuição social (consolidado)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

a.1 Imposto de renda e contribuição social apurados pelo lucro presumido

	2023	2022
Imposto de renda		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 32%	5.647	6.108
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 8%	144.217	118.043
Base de cálculo presumida	16.691	15.178
Imposto de renda devido	**(4.077)**	**(3.702)**
Contribuição social		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 32%	5.647	6.108
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 12%	144.217	118.043
Base de cálculo presumida	22.460	19.900
Contribuição social devida 9%	**(2.021)**	**(1.791)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	**(6.098)**	**(5.493)**

a.2 Imposto de renda e contribuição social apurados pelo lucro real:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	139.869	198.650
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34
Encargo fiscal pela alíquota nominal	**(47.555)**	**(67.541)**
Adições permanentes	**(3.840)**	**(3.429)**
Exclusões permanentes	**33.651**	**29.648**
Crédito presumido ICMS subvenção para investimento	9.401	10.459
Juros sobre capital próprio	16.732	13.406
Doações e incentivos	576	435
Indébitos tributários	4.412	4.172
Outras exclusões	2.530	1.176
Total	**(17.744)**	**(41.322)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente – lucro real	**(17.571)**	**(43.200)**
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido – lucro real	**(172)**	**1.751**
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente – total	(23.669)	(48.693)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido – total	(172)	1.751

b. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2023	2022
Ativo		
Provisão para contingências	2.891	4.187
Provisão de estoque	22.055	24.268
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7.772	6.594
Provisão para comissões sobre vendas	499	2.354
Provisão IPI com processo judicial	51.341	51.341
Provisão Pis e Cofins - ICMS ST	11.060	7.976
Provisão Pis e Cofins	38.848	38.848
Provisões administrativas	7.601	2.585
Cut-off receita	9.041	9.087
Arrendamento - Bens com Direito de Uso	8.925	3.874
Indébitos tributários	4.145	4.145
Realização de reserva de reavaliação	81	81
Instrumentos financeiros (SWAP)	21.033	4.444
Prejuízo fiscal	9.627	9.627
Adições temporárias	**194.919**	**169.411**
Imposto de renda e contribuição diferidos ativos	**66.272**	**57.600**
Passivo		
(-) Depreciação societária x depreciação fiscal	(2.953)	(2.953)
(-) Indébitos tributários	(39.236)	(12.970)
(-) Outras diferenças temporárias	(361)	(611)
	(42.550)	(16.534)
Imposto de renda e contribuição diferidos passivos	**(14.467)**	**(5.622)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo	**63.804**	**56.007**
Imposto de renda e contribuição social diferidos, passivo	**(12.625)**	**(4.656)**

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, a recuperação desse imposto diferido deverá acontecer até 2025.

28 Partes relacionadas

Composição dos saldos ativos (controladora)

	2023	2022
Juros sobre capital próprio (JCP) a receber	79.940	38.110
Dividendos a receber	86.200	-
	166.140	**38.110**
Passivo circulante	86.200	-
Passivo não circulante	79.940	38.110

Trata-se de JCP a receber pela M12, destacados na controlada Ferragens Negrão e ainda não liquidados. O valor destacado em 2023, líquido de imposto de renda, foi de R$ 41.830 (33.514 em 2021) e não houve pagamentos em 2023. Em 2022, foram pagos, pela Negrão para a M12, R$ 8.300 à título de JCP.

Composição dos saldos ativos (consolidado)

Mútuos com sócios	2023	2022
Theron	-	3.480
TBR	-	3.120
Sertão	48	45
	48	**6.645**

Composição dos saldos passivos (controladora)

	2023	2022
Juros sobre capital próprio	102.394	50.775
Dividendos / lucros	86.527	327
Outros valores a liquidar	46	1.211
	188.967	**52.368**
Passivo circulante	46	1.266
Passivo não circulante	188.921	51.102

Os Juros sobre capital próprio são calculados/destacados trimestralmente. A movimentação de JCP e de dividendos de 2023 foi a seguinte:

	JCP	Dividendos
Saldo anterior	**50.775**	**327**
Adições	62.254	320.200
IRRF sobre JCP	(9.338)	-
Pagamentos	(1.297)	(234.000)
Saldo atual	**102.394**	**86.527**

Composição dos saldos passivos (consolidado)

	2023	2022
Juros sobre capital próprio (a)	105.097	57.795
Dividendos/lucros (a)	86.654	454
Mútuo com sócios (b)	12.792	12.296
Empréstimos (c)	294.206	-
Outros valores a liquidar	46	226
	204.769	**70.789**
Circulante	15.271	16.856
Não circulante	189.318	53.933

(a) Juros sobre capital próprio e dividendos

Os sócios em comum acordo aprovaram, em 2023 e 2022, a distribuição de juros sobre capital próprio no montante, líquido de IRRF, de R$ 52.916 e de dividendos no montante de R$ 320.200. No decorrer do exercício, foram pagos R$ 5.615 de JCP e R$ 234.000 de dividendos.

Em 2022, houve distribuição de juros sobre capital próprio, líquido de IRRF, de R$ 35.960, e houve pagamento no montante de R$ 20.072 referente a juros sobre capital próprio devidos pelas controladas aos antigos acionistas e de R$ 24.120 aos sócios, a título de dividendos.

(b) Mútuos sócios

	2023	2022
Mútuo com sócios registrado na Super Pró (i)	12.792	7.791
Mútuo com sócios registrados na Ferramentas Kennedy (ii)	-	4.505
	12.792	**12.296**

(i) Saldo refere-se a mútuo entre os sócios e a controlada Super Pró para o qual não há contrato estabelecendo os termos e condições. A expectativa da administração é que o saldo seja liquidado no longo prazo.

(ii) Contratos de Mútuo firmados entre os sócios e a Companhia, com prazo de vigência de 24 meses, iniciando-se em 25 de junho de 2022 e terminando em 25 de junho de 2024, com os devidos acréscimos mensais correspondentes à taxa SELIC. Com a incorporação da Ferramentas Kennedy na Super Pro, os saldos foram agrupados.

c. Empréstimos

Vide nota 18.

29 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2023			2022
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**Nota**	**Valor justo**	**Mensurados ao custo amortizado**	**Saldo contábil**	**Saldo contábil**
Caixa e bancos	7	-	307.986		55.913
Aplicações financeiras	7	-	153.731		408.710
Títulos e valores imobiliários	8	26.831	-		23.683
Contas a receber de clientes	9	-	346.671		307.505
Outras créditos	-	-	8.068		6.820
Passivos financeiros					
Fornecedores	17	-	311.414		413.285
Empréstimos e financiamentos	18	-	759.302		575.410
Arrendamento Mercantil	15	-	85.463		39.477
Outras obrigações	20	-	34.084		42.204
Instrumento financeiro derivativos	18	23.756	23.756		4.444

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Risco de liquidez

Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras do Grupo.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(ii) Aplicações financeira

O Grupo limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que o Grupo tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração do Grupo gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco do Grupo encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação do Grupo.

A administração do Grupo gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros.

A seguir, estão demonstradas as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	311.414	-	-	311.414
Empréstimos e financiamentos	186.267	143.701	429.334	759.302
Arrendamento mercantil	21.740	18.889	44.834	85.463
Outras obrigações	28.927	5.157	-	34.084
	548.348	**167.747**	**474.168**	**1.190.263**

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	413.285	-	-	413.285
Empréstimos e financiamentos	191.458	12.963	375.433	579.854
Arrendamento mercantil	12.199	9.748	17.530	39.477
Outras obrigações	42.204	-	-	42.204
	659.146	**22.711**	**392.963**	**1.163.494**

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(vi) Risco cambial

O Grupo está sujeito ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados emuma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, em sua grande maioria o real (R$), mas também em dólares americanos (USD).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

A seguir demonstramos a exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos ativos e passivos denominados em dólar americano:

	Reais	
	2023	**2022**
Ativos		
Clientes estrangeiros	345	391
Adiantamento a fornecedor estrangeiro	75.822	177.053
Passivos		
Fornecedores estrangeiros	(30.160)	(216.611)
Empréstimos (FINIMP)	(20.240)	(95.175)
Empréstimos (Capital de giro) – Citi	(182.735)	(211.390)
Instrumento financeiro derivativo	(23.756)	(4.444)
Exposição cambial líquida ativa (passiva)	**(181.069)**	**(350.176)**

	Dólares norte-americanos	
	2023	**2022**
Ativos		
Clientes estrangeiros	71	75
Adiantamento a fornecedor estrangeiro	15.663	33.933
Passivos		
Fornecedores estrangeiros	(6.231)	(41.515)
Empréstimos (FINIMP)	(4.181)	(18.241)
Empréstimos (Capital de Giro) – Citi	(37.50)	(40.514)
Instrumento financeiro derivativo	(4.908)	(852)
Exposição cambial líquida ativa (passiva)	**(53.070)**	**(67.114)**

(vii) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra

oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros do Grupo, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2023	2022
Valor contábil ativos financeiros		
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	180.562	431.975
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos	(755.578)	(579.854)
	(575.016)	**(147.879)**

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 60% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

(viii) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	2023	2022
Total dos empréstimos (Nota 18)	755.578	579.854
Total de arrendamento mercantil	85.463	39.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(461.717)	(464.623)
Dívida líquida	379.324	154.708
Total do patrimônio líquido	**664.960**	**866.930**
Total do capital	**1.044.284**	**1.021.638**
Índice de alavancagem financeira - %	36%	15%

30 Transações que não envolvem caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas deacordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa.

As transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

Indébitos tributários:

Em 2023 a Ferragens Negrão reconheceu créditos tributários referente aos processos de IRPJ sobre PAT e de ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS, no montante de R$ 48.450. Em 2022 o valor era referente ao ICMS na base de cálculo da COFINS no montante de R$ 12.271, conforme detalhado na nota 12.

Encontro de contas:
Em 2023 a Companhia fez encontros de contas entre adiantamentos de clientes e a fornecedores e clientes e fornecedores estrangeiros, para os casos em que foi possível identificar os títulos em aberto.

Arrendamento mercantil:
Os valores de adições de ativos e passivos, referentes a adições de novos contratos e de acertos de contratos anteriores.

Consórcio:
Referentes aos valores de taxas administrativas e do fundo de reserva

Depósitos judiciais:
Referente aos lançamentos de atualização de depósitos judiciais, cuja movimentação ocorreu entre contas de ativos e passivos.

31 Eventos subsequentes

1. Participação no capital social da JPM Produtos e Soluções Ltda. (Acampar)

   Conforme registro na Junta Comercial do Paraná, datado de 04 de janeiro de 2024, e através da 4ª Alteração contratual da JPM Produtos e Soluções Ltda. (Acampar), a M12 Participações Empresariais S/A ingressou, naquela data, na sociedade com capital de R$ 408, equivalente a 80% de participação no capital desta Empresa.

   O preço de aquisição foi de R$ 1.000 e contempla todos os ativos da Sociedade, devendo incluir as marcas exploradas pela Sociedade e que não estejam atualmente registradas em sua propriedade, conforme autorizado em Ata de Assembléia Geral Extraodinária registrada na Junta Comercial do Paraná em 04/01/24.

2. Venda da controlada Theron Marketing Ltda.

   Conforme 15ª Alteração Contratual da Theron Marketing Ltda., registrada na Junta Comercial do Paraná em 20/03/2024, a M12 Participações Empresariais S/A, retirou-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas, que representavam 100% de participação no seu capital social, à sócia ingressante WD40 Holding Company Brasil Ltda. Neste mesmo ato, alterou-se a denominação social da Empresa para WD-40 Company Brasil Ltda..